

Cadernos Espinosanos



ESTUDOS SOBRE O SÉCULO XVII

n. 45 jul-dez 2021 ISSN 1413-6651

IMAGEM Detalhe de pintura de Judith Leyster (1609–1660) extraído *Do Livro de Tulipas* (1643). Leyster foi a pintora mais famosa da Idade de Ouro holandesa, tendo alcançado um grau de sucesso artístico raro para uma mulher em sua época. Em 1633, tornou-se a primeira mulher a ser admitida como pintora mestre na prestigiosa Guilda de Pintores de Haarlem, obtendo assim o direito de estabelecer seu próprio ateliê-loja e de assumir alunos.

A CRÍTICA NA REPÚBLICA DAS LETRAS:
OS LIMITES DA POLÊMICA NO MUNDO ERUDITO
SEGUNDO BAILLET E BAYLE

Paulo Borges de Santana Júnior¹
Doutorando, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil
paulo.santana@usp.br

RESUMO: O presente artigo visa ressaltar, a partir de dois autores franceses do fim do século XVII (Baillet e Bayle), como o próprio mundo erudito utiliza a prática da crítica para representar um aspecto polêmico do saber associado à difusão dos livros para um público cada vez mais largo. Essa característica do saber junto com essa nova condição social (o aumento da prática da leitura) cria uma demanda especificamente moderna que associa a liberdade de pensamento não apenas ao pensamento privado (ou talvez à liberdade de crença), mas em especial ao exercício da escrita e ao acesso aos livros dos mais diversos teores. Em contrapartida, essa nova disposição da República das Letras desperta entre os próprios críticos interrogações a respeito dos limites ou de critérios reguladores da crítica.

PALAVRAS-CHAVE: crítica, Bayle, Baillet, República das Letras, polêmica intelectual, sociedade moderna.

¹ Processo nº 2017/07914-9, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

INTRODUÇÃO

Numa abordagem técnica, é preciso muito esforço para evitar o sentido polêmico produzido pela publicação de uma crítica. Envolto também numa equivocidade originária desde sua recepção pelos humanistas², o termo crítica se associa classicamente ora a uma pesquisa filológica ora a uma análise lógica ora aos estudos a respeito do gosto, tentando afirmar um sentido técnico que se sobreponha à tarefa de corrigir o trabalho e as teses de outro autor. No entanto, como ocorre no caso de Richard Simon (para ficarmos num exemplo do século XVII), esse esforço parece vão³, e o tom polemista em torno do termo crítica tende a se reforçar mesmo entre os eruditos, tornando arbitrária ou artificial a diferença entre o que seria um sentido comum e um sentido técnico da palavra. Por mais técnica que se pretenda, a crítica resulta constantemente em polêmica.

Com Adrien Baillet e Pierre Bayle, a ligação da crítica com a postura de corrigir autores se torna mais perceptível e, além disso, tal ligação projeta-se numa dinâmica que reflete a sociedade moderna, na qual a circulação

2 Cf. RÖTTGERS, 1982, pp. 651-654. Utilizando como referência os humanistas Angelo Poliziano, Petrus Ramus e J. C. Scaliger é possível perceber, desde o século XVI, os sentidos diferentes de crítica, respectivamente, nos domínios da filologia, da lógica e da estética.

3 Simon faz a seguinte advertência em seu prefácio à *História crítica do velho testamento*. “Eu segui o exemplo desses dois grandes homens [Orígenes e São Jerônimo], e, como não há ainda nada publicado sobre esse assunto em francês, não se deve achar estranho que eu me sirva algumas vezes de certas expressões que não possuem absolutamente uso corrente. Cada Arte tem termos particulares, que lhe são em algum modo consagrados. É nesse sentido que se encontrará frequentemente nesta obra a palavra *Crítica* e algumas outras semelhantes, das quais eu fui obrigado a me servir a fim de me exprimir em termos de Arte que eu tratava” (SIMON, 1678, sem paginação). Apesar de tal advertência, a obra reforça a associação de um peso polêmico à palavra crítica ao aceitar (parcialmente) a tese de Espinosa sobre a origem do Pentateuco.

de obras se torna cada vez mais rápida e mais abertamente controversa. Além de espelhar esse momento, suas obras – como veremos abaixo – começam a formular indagações sobre os limites dessa postura, para além dos quais o produto da polêmica deixaria de ser benéfico, engendrando uma discordância puramente pessoal.

Ressaltando as considerações sobre a polêmica no interior da República das Letras⁴, propomos também mostrar que o exercício da crítica, entre esses dois eruditos, atenta claramente para as suas consequências sociais inseridas num fluxo de trocas entre aquele que escreve e o público em geral. Desse modo, pensa-se em reforçar nessa ideia de crítica presente no século XVII o seu peso social, que, a título de contraexemplo, a análise de Koselleck tenta diminuir em prol de uma interpretação mais ligada ao foro interior e à consciência moral (cf. KOSELLECK, 1999). Portanto, intentamos mostrar que tal República se compromete intencionalmente com a representação de uma sociedade aberta à liberdade de crítica.

I. *LES JUGEMENTS DES SAVANTS* OU A CRÍTICA SOBRE OS CRÍTICOS

No extenso trabalho de Adrien Baillet, o termo *crítico* encontra-se em praticamente todas as áreas do saber humano. Sem a necessidade de

4 Expressão utilizada entre os séculos XV e XVIII (Cf. WAQUET, 1989), República das Letras, quer em suas acepções abstratas quer em suas acepções sócio-políticas, manifesta o modo como os eruditos europeus se representavam numa comunidade que transpassaria as barreiras cronológicas e geográficas através do comércio de livros, das trocas de cartas e das traduções de obras antigas e modernas. Tal comunidade, cujo vínculo seria fundamentalmente o saber, reunia, em primeiro plano, grandes pensadores e relevantes instituições de ensino, enquanto suas obras se espalhavam gradativamente nas mãos dos amantes (não profissionais) da sabedoria, esboçando a imagem moderna de um mundo esclarecido.

justificações rigorosas, o adjetivo *crítico* ocupa um lugar no mundo erudito que é independente de sua proximidade com a gramática, a lógica e a estética. O seu livro *Les Jugements des Savants* (1685) possui seis volumes nos quais o termo *crítico* abarca um leque significativamente amplo: Gramáticos, Tradutores, Poetas, Oradores, Epistolares, Geógrafos, Cronologistas, Historiadores, Antiquários, Filósofos, Matemáticos, Naturalistas, Médicos, Jurisconsultos, Canonistas, Políticos, Moralistas, Teólogos (BAILLET, 1685, pp. xxvi-xxvii). Por essa generalização, crítico seria qualquer um desses intelectuais que emitisse juízos e comentários relevantes numa área do saber, independentemente dos seus objetos e dos seus métodos específicos. O crítico designaria *genericamente* a pessoa que expressa seu conhecimento especializado nas mais diversas áreas do saber. Aliás, para evitarmos que essa ampliação seja tratada como uma grande novidade ou arbitrariedade, convém perceber que esse sentido genérico de crítico como um *litteratus* está próximo de Poliziano, que, no final do século xv, afirma a autoridade do crítico para ajuizar os livros de diferentes áreas do conhecimento.⁵

5 “De fato, as funções dos gramáticos [*Grammaticorum*] são tais que eles examinam e explicam no detalhe qualquer categoria de escritores – poetas, historiadores, oradores, filósofos, médicos, doutores e jurisconsultos. Nossa época, sabendo pouco sobre a antiguidade, cercou o gramático, dentro de um círculo extremamente pequeno. Mas entre os antigos, outrora, essa classe de homens tinha tanta autoridade que apenas os gramáticos eram os censores e juízes de todos os escritores [*grammatici*]. Foi por essa razão que os gramáticos foram chamados de ‘críticos’, de modo que (e é isso que Quintiliano diz) ‘eles se deram a liberdade não apenas de fazer anotações de versos com uma marca de censura para o texto, mas também de remover como não-canônicos livros que pareciam ser falsamente escritos, como se fossem membros ilegítimos da família. De fato, eles até se permitem categorizar os autores que consideram dignos ou até remover alguns em conjunto’. *Grammaticus*, em grego, não significa nada mais que *litteratus*, em latim. Entretanto, dirigimos o termo à rotina servil da escola comum, como se o empregássemos numa padaria” (POLIZIANO, 2010, p. 245).

Por uma questão qualificada como de honra, Baillet explica a escolha pela designação de *savants*— eruditos —como título da obra, expondo que, aos seus olhos, “o termo *crítico* parece ter ainda alguma coisa de odioso no espírito daqueles que não são inteiramente curados de suas precauções” (BAILLET, 1685, p. xxxviii).⁶ Entretanto, se o autor evita que essa palavra com um peso “odioso” figure no título da obra, no seu decorrer é bem mais comum a designação de crítico do que *savant*, e, portanto, *Les Jugements des Savants* poderia ser compreendido como *Les Jugements des Critiques*. No entanto, essa hesitação é significativa para expressar como a pluralidade de sentidos de crítica habitava o círculo intelectual da época, em vez de ser apenas uma deturpação proveniente da linguagem comum.

Permaneçamos um pouco mais no título da obra. Para explicar a utilidade de seus *jugements*, Baillet imagina, num tempo futuro, o empreendimento de uma crítica judiciosa e universal, que antes de ser realizada precisaria “[d]os juízos e [d]as censuras que diversos críticos particulares fizeram *sobre as principais obras de autores mais conhecidos*” (BAILLET, 1685, xxv, grifos do autor). Restringindo-se aos autores mais conhecidos, os seus *jugements* preparariam o caminho tendo como fim uma crítica universal, que tratasse individualmente de todos os autores. Esse seu empreendimento visa à *correção* de juízos, e esse motivo se apresenta por meio da imagem da “guerra” que se faz entre os próprios autores que lhe são coetâneos. Desse modo, esses *jugements* fazem as vezes de uma crítica (enquanto avaliação corretora), e o livro poderia, então, ser interpretado como uma *crítica dos críticos*, em que o segundo termo conteria o significado genérico para os

6 Ironicamente, o texto continua destilando um tom pouco amável: “mas eu não pretendo que eles sejam todos verdadeiramente *savants*, e esse termo não insinua nada mais do que o fato de eles declararem saber alguma coisa e enunciarem seu parecer sobre o que eles acreditam saber.”

mais diversos conhecimentos, e o primeiro significaria essa avaliação que teria – como utilidade maior para o leitor – o apontamento dos erros e faltas materializados em livros anteriormente publicados. Através dessa dupla significação do termo crítica(o) (enquanto substantivo e enquanto adjetivo), o teor polêmico do livro de Baillet é capaz de permear praticamente todos os campos do saber. Em poucas palavras, toda a República das Letras precisaria da crítica.

Diferente de Simon, cuja crítica é representada como uma prática (coletiva) de alguns novos teólogos em divergência com as *escolas* de teologia (instituições do saber⁷), em Baillet a crítica se mostra diretamente imersa na guerra entre os intelectuais considerados *individualmente*. No entanto, esse universo mais individualizado, em vez de se direcionar ao foro íntimo, faz-se valer numa dimensão pública.⁸ Nessa guerra entre intelectuais, o exercício da crítica – considerado enfaticamente enquanto divergência e correção – resulta em efeitos não somente entre o autor e o censor, mas,

7 “Se eu não segui o método dos Teólogos escolásticos, é porque o considerei pouco seguro. Esforcei-me, o quanto me foi possível, em avançar em nada que não fosse apoiado em bons atos; enquanto que a Teologia da escola nos faz algumas vezes duvidar das coisas mais certas [...]. Não se deve achar estranho que me afaste às vezes das opiniões mais compartilhadas nas Escolas e que eu prefira os pensamentos de alguns novos teólogos ao sentimento [– leia-se juízo –] de vários acadêmicos” (SIMON, 1689, s. p.)

8 “Assim meus autores poderão falar por eles mesmos, sem que eu me encontre engajado a tomar o partido e os interesses de nenhum deles, nem de defender seus sentimentos [juízos]. De modo que será livre a cada um dos Leitores em particular fazer-se impunemente o Censor dos críticos com tanta autoridade quanto estes se propuseram a censurar os outros, ou colocar-se nesse conjunto acrescentando seu sentimento aos deles” (BAILLET, 1685, p. XXVIII). Ainda que os livros se submetam, *de fato*, à avaliação prévia ou à aprovação de certas autoridades religiosas, políticas ou sociais, manifesta-se uma forte *ideia* – já gestada há mais tempo pela literatura – do leitor como a autoridade última do livro.

de forma generalizada e difícil de medir, para todo o público, porque “através dessa feliz violência, a verdade é tirada do fundo dos abismos, e o tempo é forçado a avançar na sua produção” (BAILLET, 1685. p. 54). Essa feliz violência, que, na perspectiva individual, poderia ser destrutiva, revela um sentido produtivo quando vista numa perspectiva geral. Em poucas palavras, é notável como a prática da crítica – pensada diretamente como polêmica – consegue juntar duas características da modernidade: o negativo de uma dúvida acerca dos produtos da razão e o positivo caracterizado pela própria capacidade da razão em seu aperfeiçoamento:

É uma espécie de guerra que – quando feita civilizadamente, e as armas envenenadas são proibidas – é vantajosa para as duas partes que a fazem, para aqueles que lhe são indiferentes e igualmente para aqueles que se interessam. E é possível dizer que os vencidos têm frequentemente maior parte dos frutos da vitória que os próprios vitoriosos. É a estas fortes contestações e censuras que devemos os grandes progressos que fizemos há um século nas ciências humanas, particularmente na Física, na Medicina e nas Matemáticas; na Cronologia e na Geografia, na Poesia, na Filosofia e em algumas partes próprias do Direito Canônico e Civil (BAILLET, 1685, p. 54).

Desse modo, segundo Baillet, o tom polêmico da crítica, além de se fazer presente no campo erudito, aspira a uma chave de leitura para a compreensão histórica de um movimento em difusão no domínio dos diversos conhecimentos. Ou seja, nessa atividade polêmica, a crítica gera significados sobre uma produção de conhecimento ligada às discussões e refutações. A polêmica entre intelectuais, superando a perspectiva imediata dos indivíduos que se opõem, traria vantagens para todos, incluindo os que seriam “indiferentes” a tal guerra. Mesmo sem desenvolver esse elo com os “indiferentes”, vale ressaltar a percepção ou a hipótese de Baillet de que as controvérsias em forma de livro trariam vantagem tanto para o público que as lê quanto para o público que nem se interessa por elas. Sendo a “guerra”

entre os eruditos universalmente vantajosa, a crítica acaba por se adequar a esse momento de progresso e simboliza-o em todas as áreas do saber. Em resumo, o progresso é explicado tendo como causa efetiva a crítica, e a crítica, por sua vez, tem seu sentido polêmico justificado teleologicamente pelo progresso.

2. A POLÊMICA E A NECESSIDADE DE UM LIMITE

A defesa dessa expansão do progresso do saber – feita com imagens bélicas – possui tensões e, conseqüentemente, uma cláusula: a proibição de armas envenenadas. A divulgação do conhecimento junto com suas polêmicas para o público mais amplo cria uma preocupação sobre o modo de manifestar a crítica. Mantém-se o tom polêmico. Todavia, pretende-se evitar o que seria um excesso ou uma distorção. Tal pretensão, sem dúvida, seria previsível, mas, a nosso ver, é significativo notar a natureza ou o gênero do argumento criado para ela. Numa pergunta, de onde vem e qual é o valor do discurso sobre a restrição da polêmica em textos acadêmicos?

No século XVIII, será bastante frequente a tópica do enquadramento da crítica em certos limites, abrangendo autores com preocupações distintas, a saber, Laubrussel e Pope. De maneira sintética, enquanto o primeiro visa tirar os assuntos de religião do horizonte da crítica, o último visa diminuir o aspecto de correção da crítica em prol de uma arte da crítica mais especificada – ligada a uma arte poética e aos valores neoclássicos. No entanto, preocupações acerca dos limites da crítica já se fazem presente em Baillet como mostra a sua ressalva sobre o exame dos livros dentro da Teologia.

Não se é menos persuadido na França da necessidade de examinar os livros. Mas o direito de o fazer, ao menos para os livros con-

cernentes à Religião e à Polícia Eclesiástica, parece ser sempre permanentemente vinculado à autoridade episcopal, porque os bispos são os juízes naturais da doutrina da Igreja [...]. [Os bispos] sempre exerceram esse direito e o exercem atualmente tanto quanto eles o julgam apropriado. Mas parece que desde o estabelecimento da Faculdade de Teologia eles bem quiseram se desobrigar dessa parte de suas funções sobre os Doutores, sem, entretanto, em nada diminuir sua autoridade neste ponto (BAILLET, 1685, pp. 31-2).

Enquanto, de modo geral, a República das Letras é em si mesma irreduzível a uma nação ou a uma instituição específica do conhecimento, o autor deixa escapar seu receio em exercer a avaliação daquilo que é estabelecido pelos bispos e pela faculdade de teologia. É difícil não associar esse receio a uma preocupação com as consequências sofridas por autores como Espinosa e Simon.

Além da matéria sobre a qual direcionar a sua atividade, o crítico, segundo Baillet, precisa reunir uma pequena lista de virtudes e esquivar-se de uma longa lista de vícios. Ao justificar a importância da correção dos juízos no interior do mundo intelectual, o domínio da virtude ganha primazia, circunscrevendo, desse modo, o problema da boa crítica segundo termos morais. Ou seja, as barreiras contra um abuso da crítica são enquadradas em preceitos que escapam da natureza simplesmente técnica da erudição. O tom polêmico da crítica é introduzido no mundo erudito como um elemento fecundo de progresso do conhecimento, mas é preciso que seja modulado por uma etiqueta que, neste caso, combinaria nos juízos as qualidades de doçura e modéstia (BAILLET, 1685, p. 82). E se afastaria, por sua vez, dos vícios da malignidade, do amor-próprio ou da chicanaria.

Desse modo, a moral ocuparia o lugar de limite para a arte da crítica, e o esforço técnico de um autor que utilizasse seus conhecimentos sobre um assunto de maneira exaustiva e esmiuçada seria visto com maus

olhos. No entanto, sem recursos para limitar sua ação dentro de termos escolares, o autor escolhe o termo pedantismo para desqualificar do ponto de vista moral essa postura acadêmica. O pedantismo é tratado como sinônimo imediato de má crítica e “vício próprio e singular dos críticos” (BAILLET, 1685, p. 91). Segundo Baillet⁹, ao pedantismo caberia até mesmo a responsabilidade por tornar odiosa a palavra *crítica*.

Embora suas palavras expressem cuidado com a modulação ou limitação da prática do crítico, o autor parece ter contribuído diretamente para um clima de acirramento entre os intelectuais. A resposta direta ao livro de Baillet, feita por Gilles Ménage, não se volta à prática geral de corrigir comentários de autores antigos e modernos. Ao contrário, reproduzindo tal prática e realizando também a sua crítica, Ménage se volta especificamente contra a pessoa de Baillet.¹⁰ Tal intenção se manifesta imediatamente a partir do título: *Anti-Baillet*. Através dessa disputa entre Ménage e Baillet – que,

9 Na verdade, aqui também se desenha outra tópica importante para o conceito de crítica: de onde vem a vulgarização de seu sentido pejorativo? A resposta frequentemente transita entre a inabilidade técnica de certos críticos (o pseudocrítico) ou o uso excessivo dessa habilidade (o hipercrítico). Ou seja, essa afirmação de Baillet sobre o pedantismo não é propriamente um diagnóstico unívoco de época, mas um modo de se posicionar perante essa tópica de qual seria o pior defeito de um crítico.

10 O prefácio dessa obra lista os cargos e afazeres de Baillet com o interesse escuso de enfatizar a sua origem social e contrapô-la à amizade que Ménage possuía com o patrão e até com o pai do patrão de Baillet. Esse tom permanece designando um suposto desconhecimento (leia-se falta de fama e de amizades) de Baillet perante a sociedade parisiense. E numa frase, em que a enumeração de qualificações dificulta nossa leitura, temos a seguinte acusação: “eu não pude ler sem espanto que um recém chegado ao Parnasso, que nunca tinha conversado com pessoas letradas, que um homem que não sabia nenhuma ciência, que não sabia grego, que é a língua das ciências, que não lera os originais e que era nada mais que um copista de copista, tivesse a temeridade de julgar todos os autores em toda sorte de línguas e em toda sorte de ciências e a insolência de falar com desprezo dos mais célebres escritores do reino” (MÉNAGE, 1688, prefácio, s. p.).

por sua vez, escreve sua réplica —, o conceito de crítica ganha (no interior do mundo erudito) uma associação direta com o gênero de livros designados com *Anti-*, distanciando-se ainda mais do sentido afeito especificamente ao gosto e à filologia e intensificando o seu tom antagônico. Notemos que não se trata apenas de uma intensificação da polêmica. Sem se restringir a corrigir os juízos desse oponente, Ménage cruza um limite essencial ao deslegitimar Baillet enquanto pessoa, instrumentalizando seu conhecimento e misturando-o com preconceitos elitistas.

Realmente, a percepção dos limites entre a alçada do conhecimento e da moralidade não está tão clara nesse contexto polêmico da República das Letras. Publicar um conjunto de correções envolve, justamente por seu impacto na sociedade, direta ou indiretamente efeitos para além da habilidade técnica do erudito, tocando em sua honra e em sua autoridade perante os outros de seu grupo. Por isso, Baillet e Ménage, ao se corrigirem, parecem realizar um duelo em praça pública.

Ao escolher o termo crítica, Ménage emprega-o como modo de se colocar direta e particularmente contra a *pessoa* de um autor de sua mesma época. Aqui, o valor polêmico da crítica perde qualquer sinal de felicidade, entregando-se às relações pessoais entre intelectuais e reunindo depreciações tanto no nível das capacidades racionais quanto no nível social. Desse modo, não se trata apenas de uma cisão entre posturas intelectuais, mas da exposição pública das divergências pessoais.¹¹ Esse momento do círculo erudito francês coloca em cena exatamente os riscos das “armas envenenadas” que Baillet gostaria de evitar.

11 A tradição de vincular a crítica a livros criados unicamente com a intenção de refutar um autor ou uma obra continua, ao menos, até Frederico II e seu *Anti-Maquiavel ou ensaio de crítica sobre o Príncipe de Maquiavel*. (publicado por Voltaire em 1740).

3. O CONFLITO DOS ERUDITOS AOS OLHOS DO LEITOR E O PROBLEMA DA DIFAMAÇÃO

A imagem de um mundo erudito envolvido pela polêmica é representada nas origens do paradigmático livro de Pierre Bayle *Dicionário histórico e crítico*. Uma parte desse livro, inicialmente pensado como uma compilação dos erros do Dicionário de Moréri, é publicada em 1692 com o título *Projeto e fragmento de um Dicionário Crítico* – (note-se a ausência do adjetivo histórico). Nesse livro a justificativa de tal dicionário se origina justamente do reconhecimento das divergências entre os autores e seus críticos. As imagens utilizadas para a descrição dos erros e das divergências internas aos intelectuais são a da caça e a dos gladiadores, retomando, desse modo, a concepção bélica de Baillet, mas acrescentando uma dimensão mais próxima de um jogo ou de um espetáculo. Nesse contexto agudamente beligerante, porém com algum verniz de regras sociais, fazia-se necessário um difícil trabalho – análogo às investigações jurídicas – de ouvir as censuras, as réplicas e as trélicas:

O Senhor [– M. du Rondel¹² –] sabe muito bem que não há processo [*procès*] em que seja mais necessário ouvir as duas partes do que nesses que se elevam entre pessoas doutas; louco quem se fia às observações do agressor; a prudência quer que se espere o que lhe será respondido e o que ele replicará [...]. Concordar-se-á comigo que há muitos dos Censores que cometem erros mais do que eles corrigem. [...] Eu apenas quero mostrar que, depois de ter lido a crítica de uma obra, é preciso suspender seu juízo até que se tenha visto o que o Autor criticado ou seus amigos terão a dizer. Aqueles que tomam por falta tudo o que é censurado pelo agressor e por verdadeiro tudo o que não se questiona, veem frequentemente, pelas consequências, que eles foram os tolos deste escritor (BAYLE, 1692, prefácio, seção III, s.p.).

12 Professor de Belas Letras em Maastricht (Países-Baixos), a quem o autor dirige o mencionado livro.

Sem querer suprimir totalmente as imagens de violência, mas superando a imediatez do resultado de um duelo, as imagens jurídicas auxiliam a submeter o exercício da crítica aos ritos dialógicos e demorados de um tribunal. Desse modo, a divergência entre intelectuais é recorrente, porém não é considerada, por si mesma, um sinal de negligência. As duas partes podem, nessa dinâmica de controvérsias, obter a elucidação de muitos erros. Por esse motivo, resta ao leitor dessas disputas fazer a oitiva das partes de um processo ou de um litígio. Essa imparcialidade de juiz visa preservar e defender o saber, no entanto não deixa de se aproximar de uma postura cética (a suspensão do juízo). Em todo caso, expondo um catálogo dessas disputas, o *Dicionário crítico* se colocaria acima do ceticismo ao se apresentar como “a pedra de toque dos outros livros”, “a chave das fontes” e “o quarto das garantias da República das Letras”. No entanto, apesar dessas pretensões de pouca modéstia, não se promete um campo de intelectuais cujas leis acabariam com a possibilidade da disputa; ao invés disso, o *Dicionário crítico* seria uma baliza para medir e avaliar as análises conflitantes, sendo estas retratadas como cada vez mais comuns e também vantajosas. Assim, em Bayle, não nos parece haver propriamente uma defesa do ceticismo, tampouco a ideia de um saber que se afirme de maneira inequívoca sem contraposições. Sua ideia parece mais próxima de uma República das Letras em que a crítica, no sentido próprio de controvérsia, é um recurso legítimo e constante.¹³ Nesse tribunal, mais do que a palavra

13 Como comenta McKenna: “Assim, contrariamente à Igreja, ‘país’ do fervor religioso marcado por uma divisão violenta, Bayle constitui o *Dicionário* em monumento emblemático da ‘guerra pacífica’ dos espíritos, isto é, do debate crítico, permanente e pacífico, que caracteriza a República das Letras, esse ‘Estado extremamente livre’ onde se reconhece ‘apenas o império da verdade e da razão’ (verbete “Catius”, D).” (MCKENNA, 2017, p. 9). Assim, a República das Letras em Bayle, como veremos abaixo, mantém a noção de guerra generalizada, ilustrada pelo século de ferro. Cf. verbete “Aristarque”

final, cabe ao juiz imparcial recolher o melhor de cada uma das partes e de suas respectivas testemunhas.

Esse projeto acentuadamente polêmico de Bayle tivera, em sua origem, o intuito de possuir uma natureza *simplesmente* crítica, no entanto, o autor abandonou tal intenção em prol de uma obra de natureza dupla: histórica e crítica. O livro de Bayle, portanto, em vez de ser uma pedra de toque para que outros façam futuramente um dicionário histórico, assume diretamente a função de corrigir (criticar os erros) e a função de erigir o conhecimento (fornecer um juízo afirmativo e uma posição definida diante das divergências).

O parecer de Leibniz sobre o *Projeto* expressa essa preocupação com a incorporação de um objetivo não polêmico para a crítica em função da sensibilidade do público.¹⁴ Além disso, no próprio *Projeto*, Bayle reconheceu previamente a necessidade de pressentir o gosto público para melhor realizar o seu futuro livro, mostrando-se como um autor pronto a ouvir os pareceres de seus leitores (BAYLE, 1692, prefácio, seção v). Assim, não seria exagero indicar que o leitor ou a autoridade do público é diretamente responsável pela estrutura inovadora¹⁵ do livro. O leitor é representado, na

nota F.

14 “A maior parte dos leitores não se preocupa em saber quantas vezes Moréri falhou, eles se interessam apenas raramente pelas disputas entre os eruditos, mas eles ficariam felizes em saber que lhes é dado nada mais do que coisas seguras ou munidas ao menos de bons fiadores.” (LEIBNIZ, 1885, p. 16).

15 Como indica GRAFTON (1997) numa abordagem mais histórica, Bayle vislumbra um novo método de escrever a História cuja intenção seria preservar a credibilidade dessa ciência diante do mundo moderno, onde as autoridades – tanto do saber quanto da sociedade – precisariam enfrentar a dúvida cartesiana, mas também a dúvida dos protestantes, dos puritanos e dos hereges. De qualquer modo, ainda segundo Grafton, apesar de todos os méritos inovadores de Bayle, o seu método adquiriria um vínculo

pluma de Bayle, com o poder de auxiliar na *composição* da obra. Essa ideia se reforça ainda mais se pensarmos no motivo autodeclarado da publicação do *Projeto e fragmento*, isto é, da publicação de uma obra em andamento. Em suma, em nome do gosto do leitor e não mais de uma tradição de eruditos de outros tempos¹⁶, o autor acrescenta à sua crítica uma característica a mais, sem precisar renegar a postura de correção que lhe era essencial.

Em todo caso, além do acréscimo da qualidade histórica (“narrativa sucinta de fatos”), a obra de Bayle sintetiza uma mistura de sentidos diferentes para a crítica.

Dividi minha composição em duas partes: uma é puramente histórica, uma narrativa sucinta de fatos; a outra é um grande comentário, uma mistura de provas e de discussões em que introduzo a censura de muitos erros e algumas vezes até uma tirada de reflexões filosóficas – numa palavra, variedade o suficiente para poder acreditar que, por um aspecto ou por outro, cada espécie de leitor encontrará aquele que o acomode (BAYLE, 1697, pp.1-2).

depurado entre o rigor das fontes da crítica e a acessibilidade para o leitor alguns anos depois (com Le Clerc). Cf. GRAFTON, 1997, pp. 190-222.

16 De fato, no *Projeto*, ao justificar a necessidade de um dicionário crítico, Bayle representa sua obra como uma continuação do espírito crítico vivo desde o século XVI. O dicionário crítico seria uma obra de um tempo em que o rigorismo com a retidão das fontes não seria considerado a expressão do pedantismo. “E não me digam que nosso século, surgido e curado pelo espírito crítico que reinava no século precedente, enxerga apenas como pedantismo os escritos daqueles que corrigem as falsidades de fato concernentes ou à História particular de grandes homens ou ao nome das cidades ou a outras coisas como tais; pois é certo que, considerando o todo, nunca se teve mais do que hoje compromisso com esse tipo de esclarecimentos” (BAYLE, 1692, seção VIII, s.p.). Mas esse diagnóstico, calcado nas obras do século XVI, sobre o seu presente parece recuar diante de um gosto mais diversificado de seus leitores.

Assim, percebemos dois pesos na palavra *crítica*: o negativo (censura de erros, presente no *Projeto*) e o positivo (*reflexões*, acréscimo do *Dicionário histórico e crítico*). Sendo o último representado como uma concessão aos leitores cujo gosto repelisse a ênfase da natureza polêmica. A mistura desses dois aspectos ocorre alegadamente em função dos leitores, manifestando que o autor transpõe para sua grande obra as diretrizes que ele atribuíra em 1684 ao seu jornal.¹⁷ Sob o nome de crítica, Bayle reúne, portanto, comentários variados capazes de contemplar leitores de gostos e interesses múltiplos, ou mesmo opostos – entenda-se aqui o gosto não apenas como um elemento estético, mas como um ingrediente social. Assim, em vez de possuir imediatamente um fim em si mesma ou no saber em sua forma ideal, a crítica solicita ao gosto do leitor a anuência para se fazer circular nesse universo moderno de cultivo e valorização do conhecimento. A República das Letras de Bayle, embora tente se colocar acima das fronteiras das repúblicas nacionais, representa-se claramente numa relação ora condicionada ora condicionante com a construção do espaço público moderno.

17 “Será preciso ter a mesma conduta [de observar a diversidade de gostos] a respeito de outro ponto. Há pessoas graves que gostariam que tudo fosse sério nessas *Nouvelles* e que desaprovam certos traços que são difundidos para regozijar [*égayer*] o Leitor. Outros defendem que estes pequenos grãos de sal são absolutamente necessários, caso queiram que o leitor nos perdoe a extensão que não poderíamos evitar porque queremos dar uma ideia justa e exata de uma obra. Eles ainda dizem que estas *Nouvelles* não são tanto para os doutores e para os eruditos de profissão quanto para uma infinidade de pessoas do mundo, cuja preguiça natural ou os embaraços de um emprego árduo impediriam de ler muito, ainda que eles fossem fortemente dispostos a aprender. Se quiserem instruí-los, é preciso cativar pela esperança de que eles não se entediarão e que encontrarão algo que os acomodará, quando eles tiverem a paciência de ler ainda o documento. Eis, portanto, os sentimentos [juízos] fortemente diferentes. É impossível contentar gostos tão pouco afins: o melhor a fazer é se acomodar tanto a estes quanto àqueles” (BAYLE, 1737, p. 101).

Nesse quadro, em que as divergências intelectuais aparecem diretamente diante do leitor, sem o filtro, sem a intermediação ou sem a censura prévia de um espaço intelectual institucionalizado, a compreensão de Bayle sobre a República das Letras consegue expressar mais claramente a sua pertinência com valores modernos:

Esta República [das Letras] é um Estado extremamente livre. Apenas o Império da verdade e da razão é reconhecido, e, sob seus auspícios, a guerra a quem quer que seja é feita inocentemente. Os amigos devem manter a guarda contra seus amigos, os pais contra seus filhos, os sogros contra seus genros: é como no século de ferro. [...] Cada um é ao mesmo tempo soberano e imputável [*justiciable*] para cada um. As leis da sociedade não fazem dano à independência do estado de natureza em relação ao erro e à ignorância: todos os particulares têm a este respeito o direito da espada e podem exercê-lo sem pedir a permissão àqueles que governam (BAYLE, 1697, verbete *Catius*, nota d, p. 809).

O “império da verdade e da razão” se mostra como a guerra de todos contra todos¹⁸, e os súditos desse império – considerados particularmente – possuem apenas o direito da espada. Enfatizando sua prática antagônica como constitutiva de si mesma, a República das Letras, na formulação de Bayle, ergue-se em direção à individualidade (lei da espada), ao prescindir das instituições de saber e de governo. Trata-se, portanto, de figurar a liberdade dessa república acima das interferências de autoridades cristalizadas ou da vontade de um rei. No entanto, embora não possuam o direito de intervir contra a liberdade dessa república, essas autoridades precisam ocupar o lugar de garantir o bom procedimento dessa guerra.

18 Apesar da sua formulação moderna (hobbesiana), convém lembrar que essa fórmula se vincula a tradições também pré-modernas como as imagens clássicas do pensamento grego (idade de ferro) e do pensamento cristão (Evangelho de Lucas XII, 51-53).

Assim sendo, mesmo nesse estado de guerra – na ausência de leis do Estado –, Bayle, do mesmo modo que Baillet, imagina uma cláusula para que a crítica adquira um limite coercitivo contra as armas envenenadas. Ou seja, se Baillet almeja de maneira quase utópica, através de conceitos morais, civilizar a guerra entre intelectuais, Bayle deseja simultaneamente a independência da República das Letras frente ao Estado nacional e a proteção desse mesmo Estado nos casos em que a sátira pessoal tente se passar pelo exercício livre da crítica. Desse modo, aceitando o grau de complexidade dessa ideia, podemos dizer que a negação da interferência do Estado não significa propriamente uma natureza *apolítica* da República das Letras – como defende Koselleck¹⁹ –, porque o Estado, sem intervir *positivamente* (criando normas e interesses), precisa garantir *negativamente* (ou seja, por meio da proibição pontual à sátira pessoal) limites mínimos para a dinâmica dessas polêmicas na sociedade.

Apesar de importante, a imagem da guerra de todos contra todos representa apenas a liberdade *negativa* dessa república, ou seja, o aspecto “extremamente livre” de interferências externas. Há, contudo, um aspecto normativo que não se reduz às regras objetivas ou preceitos escolares. A República das Letras reconhece que está inserida dentro da dinâmica dos “privilégios da sociedade” e, se é preciso abstrair-se das instituições cristalizadas, é igualmente necessário congrega-se na dimensão pública de um fluxo social. Por isso, a nosso ver, essa república não caberia no foro interno ou moral. Mesmo antes da consolidação dos espaços sociais (burgueses) para a crítica²⁰, o público enquanto um conceito social e ativo

19 Cf. “A liberdade absoluta da república das letras apolítica dentro do Estado, um *bellum omnium contra omnes* (Bayle)” (KOSELLECK, 1999, pp. 88-110).

20 Para uma análise histórica da importância dos salões franceses e dos cafés ingleses para a crítica no século XVIII, cf. HABERMAS, 2014, pp. 93-237.

lhe é profundamente necessário. Embora longa, a sequência imediata à citação acima apresenta-se igualmente necessária:

É bem fácil saber por que a potência soberana precisou deixar a cada um o direito de escrever contra os autores que se enganam, mas não o de publicar sátiras. É que as sátiras tendem a despojar um homem de sua honra, o que é uma espécie de homicídio civil e, por consequência, uma pena que deve ser infligida apenas pelo Soberano; mas a crítica de um livro tende apenas a mostrar que um autor não tem este ou aquele grau de ilustração [*lumière*]. Ora, como ele pode – com esta falta de ciência – gozar de todos os direitos e de todos os privilégios da sociedade, sem que sua reputação de um perfeito cavalheiro [*honnête homme*] e de bom súdito da República receba o menor dano? Não se usurpa nada daquele que depende da Majestade do Estado, fazendo o público conhecer as faltas que estão no seu livro. É verdade que, através disso, diminui-se às vezes a reputação de homem hábil que um autor adquiriu para si, e o proveito monetário que ele recolhia. Mas se o fazemos defendendo o partido da razão, pelo interesse único da verdade e de uma maneira honrada, ninguém deve contestar! (BAYLE, 1697, p. 810, itálicos nossos).

Embora tal república que transcenda todas as repúblicas carregue certo paradoxo conceitual e muitas dificuldades práticas²¹, ressaltemos a

21 Longe de ser um lapso, essas dificuldades conceituais e práticas, que, diga-se de passagem, marcam a defesa do pensamento livre na modernidade, povoam a vida e obra de Bayle. “As questões que direcionam ‘Catus. D’ – como equilibrar liberdade e restrição – continuarão a engajar Bayle em todo o *Dictionnaire*, que manifesta um vívido interesse em práticas e princípios acadêmicos, a tal ponto que se poderia chamá-lo, pelo menos em parte, um estudo sócio-ético da República das Letras. [...]. Nessa empreitada, três questões são centrais. A primeira é ética: qual é a posição moral do transgressor na República das Letras – isto é, o que a calúnia diz sobre o caluniador? A segunda é prática ou procedimental: como reconhecer a calúnia, a sátira e a difamação; como separar (deliberadamente) acusações falsas das verdadeiras? A terceira é político-jurídica: o que precisa ser feito com os caluniadores, uma vez comprovada sua culpa?” (LUGT, 2016 p. 82). Para essa terceira questão, será importante a analogia entre calúnia e homicídio. Assim como um cidadão não deve pagar um homicídio matando o assassino, não se

distinção entre (i) o nível do Estado e (ii) o nível do fluxo essencialmente social ou comunitário. No primeiro nível, a República das Letras é reconhecida como um espaço fora do alcance da “potência soberana” ou das “leis da sociedade” e também como uma instância sem efeitos sobre a “Majestade do Estado”. No entanto, há efeitos sobre a sociedade. Nesse segundo nível, aquela república está inserida dentro do âmbito dos “privilégios da sociedade” e, desse modo, acarreta frequentemente prejuízos de reputação e de rentabilidade de um escritor. Notemos que os danos citados se referem aos de um indivíduo inserido necessariamente na sociedade como um todo e não apenas numa comunidade científica. É apenas dentro do alcance social desses danos e nos casos em que há interesses alheios ao saber e à verdade que o Estado nacional precisa intervir.

Assim, a República das Letras, enquanto matéria de publicação e enquanto forma de circulação do saber, coloca-se como uma instituição social nova que reúne diretamente autores e público sem alusão às hierarquias da instituição escolar ou a uma terceira autoridade socialmente reconhecida. Nessa relação mais direta entre autor e público, desenvolvem-se “privilégios sociais”, ou seja, um fluxo cujo peso normativo demanda do autor uma escrita compatível com o(s) gosto(s) do público. E junto com tais privilégios, encontram-se algumas responsabilidades ou imputações passíveis de serem legisladas pela potência soberana do Estado.

Essa sensibilidade ao gosto do público nos leva a diferenciar a República das Letras de Bayle de uma comunidade de doutos fechada em

responde à calúnia com outra calúnia, mas com uma acusação contendo provas sobre sua autoria e sua falsidade. Em todo caso, a resposta a essa última questão não é simples tampouco unívoca em Bayle (cf. LUGT, 2016, p. 99-116), mas justamente por isso, a nosso ver, ela ainda se mostra pertinente.

si mesma. Como indica Waquet (1989), a República das Letras poderia ser interpretada como uma ideia ou um fundamento do que chamamos atualmente de comunidade científica, a saber, um grupo social cujas trocas se realizam em espaços aristocráticos e sem interação com o todo das sociedades de cada nação. No entanto, o aspecto social aludido por Bayle transcende as correspondências ou comunicações em universidades, escritórios ou bibliotecas. Embora se pense como uma comunidade do saber liberta das barreiras nacionais de cada Estado, essa República das Letras, por meio de livros, revistas e jornais, necessita apresentar ao público tanto os resultados de suas pesquisas quanto as possíveis discordâncias entre seus membros – e no que se refere a esse ponto, fundamental para o significado de crítica, Bayle e Le Clerc ocupam posições opostas.²²

Como indica Habermas, esse vínculo da crítica com a sociedade moderna (e não apenas com a comunidade científica) será intensificado no transcorrer do século XVIII, associando-se fundamentalmente a um

22 “Dentro do escritório, os eruditos devem ter a liberdade de examinar as coisas nelas mesmas, de pensar o que lhes agrada e de cultivar entre eles uma boa amizade com uma agradável liberdade e sem se importunarem uns com os outros caso seus pensamentos não se encontrem conformes e sem levar suas diferenças ao teatro público. Há mistérios em que o povo não deve ser admitido porque, não tendo nem o ócio nem a capacidade de aprofundá-los ou de penetrá-los, ele não poderia acompanhá-los bem nem fazer um bom uso deles” (LECLERC, 1684, *apud* WAQUET, 1989, p. 500). Com base nessa passagem e na leitura de Koselleck, Waquet delinea uma consciência aristocrática e afirma que “a República das Letras era uma comunidade fechada, e não se entrava nela sem carta de recomendação” (WAQUET, 1989, p. 500). Embora algumas fontes caracterizem a República das Letras de maneira mais exclusivista, no próprio texto de Waquet encontra-se uma representação mais aberta. “Nunca existiu República nem maior, nem mais populosa, nem mais livre, nem mais gloriosa. Ela se estende por toda a terra e é composta por pessoas de todas as nações, de todas as condições, de qualquer idade, de qualquer sexo, não sendo excluídas nem as mulheres nem as crianças.” (BONAVENTURE D’ARGONNE, 1700, *apud* WAQUET, 1989, p. 485).

modo de vida burguês. Entretanto, ele já se faz valer nas ideias de Bayle e também nos jornais periódicos organizados pelo mesmo autor: *Nouvelles de la République des Lettres*.²³ Para além de uma liberdade da (ou na) consciência, a liberdade aqui defendida aponta para a atividade concreta da crítica e, mais especificamente, desta crítica não apenas enquanto a escrita ou um pensamento em geral, mas enquanto “direito de escrever *contra* os autores que se enganam” – enquanto polêmica intelectual que, assim como os teatros e os romances, se *abre* para o público. Desse modo, a República das Letras, na formulação de Bayle, reivindica o direito à polêmica intelectual exercido publicamente em *societate*.²⁴

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Bayle se preocupa com o resultado das disputas na República das Letras, mas também no conturbado ambiente histórico, político, diplomático e religioso vivido na Europa da época. Ainda que tais detalhes²⁵ fujam do

23 Revista criada por Bayle em março de 1684, cujo último número é de 1718.

24 Koselleck não reconhece o caráter aberto dessa instância ou fluxo social, interpretando o estado “extremamente livre” como a tradução em termos eruditos da solução das guerras de religião. Assim, esse lugar fora do alcance do Estado seria propriamente a consciência moral e, indiretamente, o lugar ocupado pelas sociedades secretas nos bastidores da política no desenrolar do século XVIII. Contudo, a nosso ver, a formulação do verbete de Bayle é clara ao descrever essa extrema liberdade no interior de um campo social e permeado por valores públicos.

25 MCKENNA (2006) indica com minúcia a rede de interesses políticos no qual está inserido Bayle, sobretudo, no contexto do Editto de Nantes e em sua colocação na *École Illustre*. Em todo caso, sublinhamos o modo como Bayle – um huguenote – defende a tolerância religiosa, abominando os argumentos dos próprios protestantes que, escrevendo tantas injúrias ao monarca francês (como Jurieu), atrapalhavam o retorno da comunidade à França. Para Bayle, a veemência das provocações de seus companheiros de exílio contribuía para que os leitores católicos permanecessem insensíveis aos

nosso escopo, convém afirmar que esse autor, utilizando seu espaço na República das Letras, tomou diversas vezes posição diante das questões sociais do seu tempo. Em sua obra, é recorrente uma avaliação minuciosa de casos em que ilustres intelectuais protagonizam confrontos pessoais misturados em suas teses²⁶ e, além disso, recorrendo a um dado biográfico, poderíamos mencionar a inimizade pétreia entre Pierre Bayle e Pierre Jurieu.²⁷ Evidentemente, as polêmicas intelectuais, cada vez mais comuns no interior da República das Letras e cada vez mais expostas ao grande público, geram o desafio de fazer a discriminação entre, de um lado, a crítica que se dirigiria aos juízos ou aos erros de um autor e, de outro, os libelos que se dirigiriam diretamente contra a pessoa ou a vida particular de alguém. Em suma, a discordância se faz presente entre os doutos, precisa ser publicizada, é muitas vezes benéfica, porém, pode trazer em seu bojo resultados fúteis ou nocivos tanto para o saber quanto – em virtude do efeito da imprensa – para a sociedade.

Assim, em vista de desqualificar os libelos, Bayle os nomeia frequentemente de sátira²⁸, aproximando-se também do debate entre Baillet

sofrimentos gerados pela perseguição religiosa e projetassem o seu retorno como um perigo para o Estado francês.

26 Para um catálogo sintético dessas querelas, cf. LUGT, 2016, pp. 83-89.

27 “Após a data crucial de 30 de outubro de 1693, quando Bayle perdeu seu emprego na *École Illustre*, o *Dictionnaire* reintroduz a Nêmesis de Bayle de vários modos: desde ataques frontais explícitos, nos quais Jurieu é nomeado e desafiado abertamente, até punhaladas implícitas ou semiexplícitas no escuro, em que Bayle comenta os *esprits satiriques* e *calomniateurs* em geral, permanecendo Jurieu em segundo plano. Mesmo no *Projet et Fragments*, em que na maioria dos artigos Jurieu não é mencionado, Bayle às vezes nos faz sentir a presença de seu inimigo” (LUGT, 2016 p. 89).

28 “Pierre Bayle, em seu *Dictionnaire historique et critique* (1695), formula a certidão de óbito de uma forma de escrita sentida como insuportável e rapidamente desprezada pelos filósofos das Luzes. Bayle não a considera como uma forma nobre ou digna de

e Ménage, no qual o primeiro chamará o *Anti-Baillet* de uma sátira pessoal ou de uma sátira corrompida. Enquanto Ménage, em seu *Anti-Baillet*, utiliza supostos erros de Baillet para desqualificá-lo integralmente enquanto intelectual, a resposta de Baillet é dada justamente com as *Sátiras pessoais*, em que realiza um catálogo dos livros com o título *Anti* desde *Anti-Caton* até o *Anti-Baillet*. Portanto, em vez de entender essa sátira – mencionada no verbete de Bayle – como o gênero literário (ou a sátira real), convém entendê-la como a sua corrupção²⁹, ou seja, como simples difamação.

Essa tópica sobre a diferença entre crítica e sátira será bastante fecunda no século XVIII³⁰, porém cabe também salientar que tal diferença está inserida numa preocupação com os efeitos polêmicos (de um exercício generalizado da crítica) sobre a sociedade. Como mencionamos acima, em Baillet, a crítica era associada a um conjunto de virtudes e vícios que a modelariam ou que determinariam uma *boa* crítica. Assim, ele reforça um recurso à própria instância moral para delimitar o modo como a crítica deve se expressar. Bayle, embora reproduza argumentos morais, recorre sobretudo à força social instituída na figura do Estado. O seu problema não

interesse. Ele estabelece uma equivalência total entre ‘Sátira’ e ‘Libelo difamatório’. Até as sátiras literárias constituem a seus olhos apenas uma forma particular da categoria mais geral do libelo difamatório, cujos vícios e perigos elas compartilham. Elas ilustram a seus olhos uma das feridas da vida pública dos Estados: a facilidade de atacar a honra e a reputação dos indivíduos. Lucílio, autor de sátiras regulares, mostra-se como exemplo (verbe ‘Lucilius’)” (DEBAILLY, 2009, p. 139).

29 “Assim, uma sátira real é aquela que toca apenas as coisas sem querer tocar a pessoa, ela atinge apenas os vícios da alma e os erros do espírito; ao contrário, as sátiras pessoais atacam diretamente a pessoa do vicioso ou do errante” (BAILLET, 1689; p. 7).

30 Na síntese clássica de Voltaire: “Todas as pessoas honestas que ponderam são críticas, os ardilosos são satíricos, os perversos fazem libelos” (VOLTARE, 1846, p. 537). Notemos que, em vez de normas propriamente técnicas, são as características morais que fundamentam a base dessa distinção.

é simplesmente o pedantismo do crítico (o excessivo ou minucioso modo de empregar tal arte), mas a instrumentalização da crítica e da imprensa com vistas à difamação da pessoa de um autor. Portanto, parece mais justificável o seu apelo a uma intervenção estatal que permitisse a publicação das críticas, mas, em contrapartida, proibisse a publicação de sátiras.

Sem dúvida, seria uma complexa tarefa para o Estado do século XVII (ou mesmo do século XXI) tipificar precisamente a diferença entre crítica e difamação. Uma vez que tal apelo à “potência soberana” surge logo após o argumento de que a crítica se situaria num estado natural de guerra de todos contra todos, parece difícil conciliar essa participação do Estado numa guerra *natural* presente no campo social. O argumento de Bayle, de fato, contém alguns saltos, entretanto, eles revelam uma preocupação do vínculo entre o tom polêmico da crítica e a expansão da imprensa (tal como Bayle a considera)³¹, ou seja, uma preocupação com a postura erudita imersa no interior de um fenômeno social e moderno. Ao mesmo tempo em que a crítica é importante para a retidão dos juízos do erudito, um segmento da imprensa é caracterizado valendo-se do tom polemista para cativar o público e, desse modo, conduzi-lo a um interesse corrompido pela sátira pessoal.

Assim, há séculos, resta aberta a seguinte questão: um livro, uma imprensa ou um comentário que, em nome da crítica, visa direcionar o público contra uma determinada pessoa ou a favor de um gosto em matérias de difamação estaria ainda resguardado pela dimensão do livre pensamento

31 “Como não há nada de tão útil que, a esse respeito, não cause mal, acontece que a imprensa, entre cem comodidades que comporta, deu lugar a um notável inconveniente: forneceu aos satíricos e aos sediciosos mil meios de difundir prontamente seu veneno por toda a terra” (BAYLE, 1820, p.172).

ou cometeria um dano social (análogo a um homicídio)? Caso seja a segunda opção: quais seriam os parâmetros para bem delimitar essa fronteira?

CRITICISM IN THE REPUBLIC OF LETTERS:
THE LIMITS OF POLEMIC IN THE ERUDITE
WORLD ACCORDING TO BAILLET AND BAYLE

ABSTRACT: Based on two French authors from the end of the 17th century (Baillet and Bayle), this paper aims to highlight how the scholars themselves use the practice of criticism to represent a controversial aspect of knowledge associated with the gradually greater diffusion of books in the public dimension. This characteristic of knowledge together with this new social condition (the increase in the practice of reading) creates a specifically modern requirement that associates freedom of thought not only with private thought (or freedom of belief), but also with the exercise of writing and the access to books of the most diverse contents. On the other hand, this new disposition of the Republic of Letters raises questions among critics themselves about the limits or regulatory criteria of criticism.

KEYWORDS: criticism, Bayle, Baillet, Republic of Letters, intellectual controversy, modern society.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAILLET, A. (1725). *Jugements des Savants*. [1685]. Amsterdam.

BAILLET, A. (1689). *Des satyres personnelles traité historique et critique de celles qui portent le titre d'anti*. Paris.

BAYLE, P. (1692). *Projet et fragments d'un dictionnaire critique*. Rotterdam.

BAYLE, P. (1697). *Dictionnaire historique et critique*. Rotterdam,

BAYLE, P. (1737). *Œuvres diverses de Pierre Bayle : vol 1*. La Haye.

BAYLE, P. (1820) Dissertation sur les libelles diffamatoires. In *Dictionnaire historique et critique*, tomo xv. Paris : Desoer, pp 148-189.

DEBAILLY, P. (2009). Nicolas Boileau et la Querelle des *Satires*. In *Littératures*

classiques n°68. Toulouse, PUM, pp. 131-144.

GRAFTON, A. (1997). *The Footnote: a curious history*. Massachusetts: Harvard University Press.

HABERMAS, J. (2014). *Mudança estrutural do espaço público*. [1962] Trad. D. Werle. São Paulo: Ed. Unesp.

KOSELLECK. (1999). *Crítica e Crise. Uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. [1959] Trad. L. Villas-Boas. Rio de Janeiro, Eduerj & Contraponto.

LAUBRUSSEL, I. (1710). *Traité des abus de la Critique en matière de Religion*. Paris.

LEIBNIZ, G.W. (1885). [sem título, 1692]. In: *Die philosophischen Schriften* (VI). Weidmannsche Buchhandlung (16-20).

LUGT, M. (2016). *Bayle, Jurieu, and the Dictionnaire Historique et Critique*. Oxford : Oxford University Press.

MÉNAGE, G. (1688). *Anti-Baillet ou Critique du livre de M. Baillet, intitulé Jugements des savants*. La Haye.

MCKENNA, A. (2006). “Introduction” à *L’affaire Bayle : la bataille entre Pierre Bayle et Pierre Jurieu devant le consistoire de l’Eglise wallonne de Rotterdam*. Saint-Étienne: Université Jean Monnet.

MCKENNA, A. (2017). “Présentation” de *Le Dictionnaire historique et critique de Pierre Bayle Description des éditions et liste des entrées (1692-1748)* Saint-Étienne : Ihrim, CnrsDoi: http://bayle-correspondance.univ-st-etienne.fr/IMG/pdf/Dictionnaire_Bayle.pdf [acesso em 06/01/21]

POLIZIANO, A (2010). *Angelo Poliziano’s Lamia*. Editado e traduzido por C. Celenza. Leiden; Boston: Ed. Brill.

POPE, A. (1713). *An essay on criticism*. London. (primeira edição 1711) disponível em <https://www.eighteenthcenturypoetry.org/works/o3675-w0010.shtml>[acesso em 06/01/21]

RÖTTGERS, K. (1982). “Kritik”, in: *Geschichtliche Grundbegriffe: Historisches Lexikon zur politisch-sozialen Sprache in Deutschland*. Volume III. Editado por KOSELLECK. Stuttgart: Ernst Klett. (pp. 651-675)

- SIMON, R. (1678). *Histoire critique du Vieux Testament*. Paris.
- SIMON, R. (1689). *Histoire critique du Nouveau Testament*. Rotterdam.
- VOLTAIRE. (1846). *Œuvres complètes*. Tomo II. Paris.
- WAQUET, F. (1989). “Qu’est-ce que la République des Lettres ? Essai de sémantique historique” *Bibliothèque de l’École des chartes*, t. 147, p. 473-502. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/bec_0373-6237_1989_num_147_1_450545 [acesso em 06/01/21]
- ZARKA, Y.C. (1999). L’idée de critique chez Pierre Bayle. In *Revue de Métaphysique et de Morale*. n°4. Paris : Universitaires de France, pp. 515-524.